

SISTEMATIZAÇÃO: UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

João Francisco de Souza ¹

O artigo apresenta uma proposta de sistematização de experiência de desenvolvimento sustentável, enquanto uma modalidade de pesquisa educacional, a partir dos conceitos de experiência, saber e construção de sentidos. As suas idéias básicas foram trabalhadas num curso de aperfeiçoamento científico-profissional para técnicos da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola).

Introdução

O Curso de APERFEIÇOAMENTO CIENTÍFICO-PROFISSIONAL SOBRE SISTEMATIZAÇÃO, promovido pela ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), realizado de 06 a 29 de agosto de 1997, na Catumbela, Comuna do Município de Lobito, Província de Benguela, em Angola, contabilizou 180 h de atividades teóricas e práticas, com 25 alunos, profissionais de formação diferenciada, que atuam como agentes de desenvolvimento.

¹ Professor-pesquisador do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos do Centro de Educação da UFPE

O Curso foi concebido como um espaço de formação teórico-metodológica efetiva. Não se destinou apenas a fornecer informações sobre SISTEMATIZAÇÃO, enquanto um instrumento pedagógico de projetos de desenvolvimento sustentável, mas pretendeu ser um *momento de formação* para os técnicos da ADRA. Dessa maneira, espera-se que contribua com elementos que possam ajudar na efetivação da missão institucional.

O Curso organizou um diálogo educativo, isto é, crítico e construtivo sobre a experiência dos agentes da ADRA que se fizeram alunos do Curso. Construiu um espaço de partilha e troca de conhecimentos e vivências, apoiado num debate teórico que lhes permitiu apropriar-se de sua experiência profissional e pessoal. Possibilitou, ainda, o confronto entre leituras de fatos, contraposição de uma leitura dos fatos, realizada pelos agentes, às falas e experiências que vêm da prática e das vivências dos “beneficiários”.

Dessa forma, o objetivo do Curso pode ser visualizado como um espaço em que os agentes da ADRA, através de uma reflexão crítico-pedagógica, pudessem situar o seu agir no processo histórico da construção de outras relações sociais, conformadoras de uma sociedade justa, humana, onde a equidade possa ser garantida, enraizada na cultura angolana e confrontada com valores democráticos, na construção de um desenvolvimento sustentável.

No centro dessa “conversação” se colocara como OBJETO a **construção do sentido da sistematização para a ADRA** e, conseqüentemente, para seus agentes. Isso significa elaborar *um pensamento, uma técnica e um sentimento* sobre SISTEMATIZAÇÃO, enquanto uma modalidade especial de pesquisa educacional. O ponto de partida foram as expectativas e receios ² trazidos pelos profissionais-alunos em relação ao Curso.

² A primeira atividade consistiu na escrita das expectativas e receios de cada um dos participantes em relação ao Curso, em cartões separados, numa única palavra.

As expectativas individuais permitiram uma primeira formulação do que poderia ser um objetivo comum do Curso: *mergulhar nas questões da sistematização, como um desafio de aprendizagem no qual se possa evoluir e aprofundar conhecimentos sobre esta temática, consolidando, através da partilha, novos conhecimentos que capacitem, para a realização da atividade sistematizadora.*

Quanto aos receios, havia os cognitivos e os afetivos. Mas destacava-se um certo temor de que o curso não fosse aproveitado por conta das eventuais dificuldades de compreensão da exposição.

Diante desse quadro e interpretando o convite da ADRA como a expressão do desejo de que seus agentes entendessem em que consistem os processos sociais e as construções que estão a desencadear, através dos Projetos de Desenvolvimento Comunitário, o aspecto substantivo de minha assessoria foi proporcionar uma reflexão e uma prática controladas que pudessem permitir a construção de competências para realizar, a partir do vivenciado no Curso, algo semelhante em suas próprias intervenções. Tomou-se o Projeto Catumbela como campo empírico e pedagógico para o exercício da prática de sistematização. Isso proporcionou uma excelente interpretação das diversas dimensões do Projeto, bem como uma ocasião para que os agentes e a ADRA, como instituição, percebessem dimensões inusitadas de suas respectivas intervenções.

A lógica da reflexão foi a axiológico-política; portanto, a pedagógica, e não a econômico-social. Realizou-se uma interpretação de valores, tanto culturais quanto institucionais, que são construídos historicamente e que necessitam de ser transformados e enriquecidos. A política entendida como uma reflexão sociológica e pedagógica sobre as relações de poder, existentes entre os que participavam dos projetos como também entre as populações e a instituição (ADRA), entre a sociedade e as instâncias de governo e, finalmente, entre esse e os diferentes segmentos sociais.

A construção do poder social e suas possíveis formas de expressão constituem o âmago da intervenção da sociedade civil e, mais especificamente, das vítimas do modelo de desenvolvimento econômico predominante. Trata-se do espaço das reivindicações e da exigência de outras relações sociais e interpessoais. É uma perspectiva que, levando em conta as contradições geradas pela intervenção institucional, pode ir construindo a força dos frágeis. A partir da intervenção da ADRA, tentou-se identificar as reações que estão a ocorrer entre os "benefícios" - no sentido da transformação desses em AUTORES SOCIAIS, ou seja, em sujeitos da construção de novas formas de vida. Tentou-se, ainda, identificar as contradições que essa intervenção encerra e as possibilidades de sua superação, perspectiva central da intervenção dessa instituição.

Essas reações têm várias limitações, de acordo com as circunstâncias históricas: o começo do trabalho da ADRA, as conjunturas e a história dos "beneficiários", vítimas de processos excludentes, que os incluem de maneira selvagem no novo sistema econômico internacional e suas repercussões locais. Esses "beneficiários", de uma forma ou de outra, manifestam seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, suas fantasias, sua força reivindicativa e sua reivindicação destrutiva através do roubo, da violência, da ilegalidade e da aparente passividade.

Trato de colocar o debate ou o uso da sistematização no interior desse contexto e da discussão epistemológica contemporânea, evitando um reducionismo interpretativo e uma ampliação exagerada de suas possibilidades. Busco situar a sistematização como uma modalidade especial de pesquisa social, especificamente educacional. Dessa maneira, se constitui um instrumento didático, no interior de uma concepção pedagógica da intervenção institucional da ADRA, bem como dos movimentos sociais que visam ao desenvolvimento e/ou à integração dos trabalhadores (por conta própria, empregados, desempregados) na luta por condições dignas de vida. Sendo assim, é um instrumento

de interpretação crítica e de reação desses setores sociais na ação transformadora que busca provocar mudanças sociais capazes de garantir o desenvolvimento sustentável e a democratização do conjunto da sociedade angolana em todas as suas dimensões.

Se se trata de um instrumento que vai possibilitar aos sujeitos de uma ação coletiva como pode ser, por exemplo, a sua participação em um projeto conduzido por uma ONG, significa que é necessário compreender o modo de vivenciar *o que está sendo aquela participação*, seus alcances, seus impasses e contradições, bem como as possibilidades de sua evolução e aprofundamento na direção da efetivação dos objetivos desejados. Experimentar, experienciar, interpretar, apropriar-se da vivência significa *agir, sentir e pensar*. Numa palavra, desenvolver neles algum nível de consciência das contradições que deram origem a tais projetos e programas nos quais estão a se envolver e/ou possibilitaram uma determinada ação. Trata-se, assim, de *construir o sentido da experiência* que terá como ação de retorno uma *nova forma de interpretar, agir e sentir* não apenas a experiência mas a si mesmos e a sociedade.

A participação e a experiência que proporciona um Projeto promovido por um segmento social incluído para e/ou com segmentos sociais incluídos indecentemente ou selvagememente, numa determinada ordem/desordem social, não se explicam apenas pelos fenômenos. Mas, sobretudo, pela interpretação que delas fazem os “beneficiários”. Esses *incluídos-excluídos* da ordem social prevalecente estão degradados e a se degradarem como seres humanos. Foi-lhes roubado o que lhes é historicamente próprio, *a preeminência da construção do gênero humano e a liberdade em relações de justiça e equidade*.

Essa situação leva ao compromisso de uns com a mudança, ao comportamento anticivilizado de outros, ao clientelismo ideológico de terceiros. A se avolumar e prevalecer esses dois últimos tipos de comportamentos, estará em construção a mentalidade do moderno colonizado. Isto é, o ser humano que já não sabe querer ser um verdadeiro criador, mas, quando muito, se

conforma em ser apenas um *imitador*. Pensa que, em sua capacidade de imitar, mimetizar, está a criatividade. É necessário se opor ao desenvolvimento dessas atitudes e posições pelo estímulo e organização de outras atitudes e posições. É fundamental incentivar a criatividade e o surgimento de outras formas organizativas e de ação social.

A **Sistematização**, nesse contexto, se revela um instrumento didático que pode ajudar a desenvolver a capacidade de invenção, de criação, de cultivo da inteligência crítica, de revolucionar as relações sociais privilegiando a dignidade do ser humano, em suas expressões masculinas e femininas, como referência fundamental da vida. Numa palavra, ajudar a construir a dimensão de humanidade do ser humano.

A preocupação dos Projetos da ADRA, através de seus programas, é com os pobres, os marginalizados, ou seja, com os incluídos indecentemente na ordem social, com os que se encontram à procura de sua identidade e de um lugar aceitável numa possível mudança da atual situação angolana.

1

SISTEMATIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA POR SEUS PRÓPRIOS SUJEITOS

Um plano de desenvolvimento, promovido por um organismo governamental ou por uma organização não-governamental, é, em seu começo, dos outros, “deles”; mas a experiência que oportuniza é, desde o início, também dos sujeitos que, num primeiro momento, são denominados de “beneficiários do projeto”. O problema é a criação de meios para que os sujeitos se apropriem de suas experiências, deixem de ser “beneficiários” e se transformem em autores sociais, agentes sociais e atores sociais³, ou seja, um sujeito coletivo, construtor de seu *Projeto de Sociedade*.

Esse processo implica a construção de sentidos, ou seja, a interpretação, a compreensão e o sentimento que os sujeitos podem elaborar a partir de sua participação em um projeto de desenvolvimento pensado por outros. Possibilitar a identificação dos sentidos que os sujeitos outorgam a suas ações - tanto os agentes sociais (agentes de desenvolvimento) quanto os “beneficiários”, que se transformarão em autores sociais, e sua apropriação - é o desafio maior desses projetos de desenvolvimento, desde que desejem que os “beneficiários” sejam

³ No item três deste relatório estão explicitadas as significações e cada um destes termos que constituem o conceito de sujeito coletivo.

efetivamente sujeitos sociais ⁴. Este é o escopo central de um processo de sistematização de experiências.

As atividades dos programas comunitários são processos que se dão no mundo natural e cultural, que, também, são significações (significados e sentidos) intersubjetivas produzidas e compartilhadas por seus participantes. Essa perspectiva se vincula a uma compreensão de sociedade que, na formulação de Ortiz (1980:12), “não existe como totalidade, mas como intersubjetividade que tem origem na ação primeira do sujeito”. Perspectiva também proposta por Schutz (1974) para quem, segundo Martinic (1985:6),

“os fatos sociais são diferentes dos naturais. Isto obriga a colocar-se de outro modo a relação sujeito-objeto na construção de conhecimentos. Assim, mais que descobrir as leis objetivas do comportamento dos indivíduos, interessa produzir esquemas de interpretação sobre o real que permitam compreender e decifrar as ações sociais”.

Sentidos e significados têm também uma dimensão de força através da qual os grupos sociais e os indivíduos qualificam seu *saber* como saber fazer, saber sentir, saber pensar que lhes permite *ser, transformarem-se em sujeitos humanos*: sociais, históricos, coletivos, indivíduos. O ser, ser gente, assumir-se como pessoa se torna então o lugar da prática. E a transformação da situação/condição social se constituem, assim, o objetivo imediato. Nessa perspectiva, os programas comunitários se configuram como processos pedagógicos que podem propiciar modificações nas representações sociais dos sujeitos e, portanto, nos modos de conhecer, interpretar, explicar e intervir.

⁴ Estabeleço uma distinção no interior do sujeito social entre autores sociais, agentes sociais e atores sociais. Ver, neste documento, o 3º. capítulo.

A sistematização que tem várias concepções (Dimensión, 1996), no interior da perspectiva acima esboçada, se configura como processos que se concretizam na **atividade sistematizadora** ao longo das intervenções institucionais. Essa permite conhecer os problemas e suas causas de acordo com a interpretação dos próprios sujeitos, aportar novos elementos e informações para melhorar ou superar criticamente interpretações anteriores e definir caminhos viáveis para enfrentar coletivamente os problemas identificados. A atividade sistematizadora possibilita, assim, aos sujeitos de uma ação social e/ou coletiva se apropriarem de sua própria experiência pela construção do sentido de sua vivência nos programas, que poderá ser ampliada para a existência histórica.

1.1

DISTINÇÕES ENTRE SABEDORIA, CONHECIMENTO e CIÊNCIA

No interior das seguintes considerações, ganha relevo a distinção entre sabedoria, conhecimento e ciência. A sabedoria se configura como a mais ampla expressão da inteligência humana. O conhecimento, um recorte da sabedoria. E a ciência, uma forma particular de conhecimento. Constituem-se, juntamente com as artes, nas quatro formas do saber humano, que se distinguem e se conectam. A sabedoria inclui dimensões cognitivas, éticas, estéticas, técnicas e políticas (Lyotard, 1990). Essas dimensões da sabedoria podem ser agregadas em três grandes grupos: a dimensão cognitiva, a dimensão instrumental ou operativa e a dimensão ético-político-estética.

Cada uma dessas dimensões da sabedoria não pode ser compreendida isoladamente nem se encontram, na prática, separadas. Trata-se de distinções teóricas que permitem identificar a sabedoria humana na sua complexidade e amplitude. No entanto, podem-se perceber especificidades em cada uma delas. Mas é o seu conjunto que conforma o que aqui está sendo denominado saber ou sabedoria. O saber é, pois, entendido como o que torna cada um de nós capaz de pronunciar “bons” enunciados denotativos, “bons” enunciados prescritivos e operativos, assim como “bons” enunciados valorativos. Possibilita “boas” atuações em relação a vários objetos do discurso: conhecer, decidir, valorar, transformar (Lyotard, 1990:44).

A sabedoria é uma totalidade orgânica de compreensão, explicação, interpretação da realidade e instrumento de sua transformação capaz de conformar sujeitos individuais e coletivos. Ela permite, pois, além de identificar os significados das ações, construir seus sentidos para os sujeitos. Sentidos que proporcionam uma visão de mundo constituída pelos elementos culturais preparados pela educação e esforços precedentes de cada um dos seres humanos (Merleau-Ponty, 1957:66).

Dessa forma, esse significado da **sabedoria** pode ser aproximado ao que Serge Moscovici (1961) denomina de **representação social**. Entende Moscovici (1978:29) que

“uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de (saber) ⁵ particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos”.

É, pois, no terreno da sabedoria e/ou das representações sociais que situo a sistematização enquanto uma forma específica de produção de sentidos. É uma forma de produção de saberes que permite a seus sujeitos se apropriarem da própria experiência, porque não atinge apenas a congnição (conhecimento) nem uma modalidade específica de conhecimento, o conhecimento científico, a ciência. Nem se confunde com a arte. Pois, como ensina Lyotard (1990:43/4), o conhecimento é apenas “o conjunto dos

⁵ A tradução brasileira desta obra de Moscovici o faz por “conhecimento”, mas me parece mais consentâneo com o conjunto do trabalho do próprio Moscovici entender aqui como saber.

enunciados que denotam ou descrevem objetos, com exclusão de todos os demais enunciados, e susceptíveis de ser declarados verdadeiros ou falsos, com exclusão de todos os outros enunciados”. Enquanto que a ciência, sendo apenas um tipo particular de conhecimento, se constitui num

“subconjunto de conhecimentos. Também ela, feita de enunciados denotativos, imporá duas condições suplementares para sua aceitação: que os objetos a que se referem sejam acessíveis de modo recorrente e, portanto, nas condições de observação explícitas; que se possa decidir se cada um desses enunciados pertence ou não pertence à linguagem considerada pertinente pelos especialistas” (Lyotard,1990:44).

O conhecimento científico é, assim, apenas uma entre as várias expressões de conhecimento (filosófico, religioso, popular etc). A ciência, apenas uma modalidade específica de conhecimento científico. Enquanto que a sabedoria, contendo uma dimensão de conhecimento, ultrapassa-o pelos aspectos políticos, éticos, estéticos e técnicos, que devem ser identificados como seu conteúdo e, na sua produção, elaborados. Sendo assim, como ainda afirma Lyotard (1990:44), a sabedoria é caracterizada pelas

“idéias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-ouvir etc. Trata-se então de competências que excedem a determinação e a aplicação do único critério de verdade, e que compreendem critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou sorte (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual)...”.

As quatro formas de inteligência humana (sabedoria, conhecimento, ciência e artes) se interrelacionam, mesclam-se,

mas têm características próprias pelas quais podem ser diferenciadas, mas não separadas. A sabedoria, pois, é uma cosmovisão que garante a cada um, além da capacidade de agir, a condição que “busca assegurar sua caminhada e permanecer justo em todo instante e dono absoluto de si mesmo”, permitindo “o movimento espontâneo que nos liga aos outros na desgraça e na sorte, no egoísmo e na generosidade” (Merleau-Ponty, 1957:28).

Situa-se, pois, a sistematização enquanto um instrumento didático no campo da construção da sabedoria. Isso significa que um processo de sistematização é uma atividade cognitiva que se propõe a construir os saberes que estão sendo produzidos numa determinada experiência existencial por seus diferentes sujeitos (autores sociais e agentes sociais). O que lhes pode assegurar a apropriação da própria experiência.

Esses saberes em construção resultam do confronto do saber dos “beneficiários” com o saber dos agentes de desenvolvimento, dos conhecimentos institucionais e científicos. O objeto da sistematização são, pois, essas sabedorias ou representações sociais emergentes. Isto é, a construção de sentido para os sujeitos de uma experiência que lhes permite uma apropriação dessa mesma experiência, sua ampliação e superação.

A suposição é que o ser humano, em suas expressões masculinas e femininas, se constrói a partir do pensamento, da ação e do sentimento. O ter é necessário ao ser. Esse ser constrói a sua realidade social, em sua materialidade e idealidade, nas suas diferentes dimensões e expressões. De tal maneira que o nosso conhecimento e nosso saber é do real, enquanto realidade pensada ou pensamento materializado. O significado construído objetivamente só adquire densidade pelo sentido que diz respeito ao valor subjetivamente elaborado e apropriado pelos sujeitos de uma experiência.

1.2

PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS ATUAIS

A perspectiva e especificidade da sistematização, no interior das diferentes formas de construção do conhecimento humano, se vinculam ao debate epistemológico atual. Esse permite já a ultrapassagem da visão de ciência moderna, que é ainda a defendida por Lyotard, ainda que se proponha perceber o sentido do conhecimento na pós-modernidade.

Assumo o significado de ciência proposto por Lyotard, que, por sua vez, se apoia em Karl Popper (1935), apenas provisoriamente e para construir a especificidade da sistematização, enquanto um instrumento didático nos projetos de desenvolvimento sustentável. E, por outro lado, para evitar debates estéreis sobre a cientificidade ou não da sistematização. O atual debate epistemológico incorpora todas as questões que se apresentaram anteriormente como sendo caracterizadoras da sabedoria. Está em construção uma nova concepção de ciência (Santos, 1996; Prigogine, 1997; Capra, 1990).

O debate epistemológico atual está reincorporando as questões éticas, políticas, técnicas, intersubjetivas e estéticas. Tratar da questão do saber significa, nesse contexto, enfrentar-se com um dos problemas que emergem com mais força no interior dos debates atuais. Sem dúvida, o problema do conhecimento, sobretudo do conhecimento tecnológico, especificamente, em sua versão tecnocientificista, por certo, é a questão fundamental da crise hodierna com sua contraparte, a desqualificação do saber histórico-social, tornando a situação ainda mais complexa e a crise

mais grave. A tecnociência exerce uma grande atração no mundo acadêmico, para não se falar no mundo das empresas de serviços, onde tem despertado maiores euforias. Muitas vezes, dá a impressão de que é a única produção que merece investimento, atenção e respeito.

Esse é um horizonte complicador da crise atual. De um lado, porque a concentração e centralização do conhecimento tecnológico “é mais intensa e monopolística do que a das outras formas de capital, aumentando a brecha entre Norte e Sul” (Gorostiaga, 1991:18), além de atingir o saber “em duas de suas principais funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos” (Lyotard, 1990:14). De outro, porque o saber histórico-social, além de ser um elemento de justificativa das situações econômico-ideológicas, pode funcionar e, de fato, tem funcionado, como um elemento importante no seu questionamento, ao tempo em que tem proposto alternativas à situação prevalecente. E, na medida em que o saber histórico-social é desqualificado, perde seu sentido e importância como forma de pensar e instrumento de ação alternativos.

Nessas condições, nos últimos anos, além de se ter convertido na principal força de produção econômica e de modelos sociais conflitantes, o saber modificou “profundamente a composição das populações ativas dos países mais desenvolvidos, e é o que constitui o principal empecilho para os países em vias de desenvolvimento” (Lyotard, 1990:16-17), ampliando ou reduzindo as possibilidades de uma convivência democrática numa sociedade de cidadãos.

À medida que nos vamos aproximando do terceiro milênio, de diferentes formas, em muitas regiões do mundo, incluindo a África, todas as instituições e conceitos estão sendo questionados em todos os domínios (econômicos, políticos, intersubjetivos). Não se trata apenas dos dramáticos acontecimentos da política mundial ou das incertezas econômicas nem dos questionamentos das formas de pensar, mas, também, das radicais transformações, num curto período de tempo, da ética, da estética, da intersubjetividade e das

subjetividades; numa palavra, da vida humana e das sociedades nas quais vivemos.

Nesse contexto, a pesquisa científica é um processo de construção de verdades aproximadas e provisórias sobre a natureza, o homem, suas relações internas e externas, a sociedade. Produção que deve ser profundamente rigorosa se queremos contribuir com um conhecimento útil às transformações das relações sociais ainda predominantes.

E, além do rigor e da fundamentação, exige a produção científica distanciamento psicológico, liberdade de crítica. Por sua vez, essas exigências supõem a consciência dos obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1946) e das limitações e condicionamentos dos processos investigativos impostos pelas situações sociais vividas pelo pesquisador (Flores, 1976). Essa consciência permite ao investigador maior vigilância epistemológica e metodológica, bem como rigor analítico.

As concepções epistemológicas são várias e diferentes para os diversos pesquisadores de acordo com suas perspectivas ideológicas e teóricas, mas, também, diversas nas suas conseqüências metodológicas e técnicas. Não apenas se diferenciam entre os campos científicos (ciências naturais, ciências sociais, ciências da cognição) mas, ainda, no interior de um mesmo campo, bem como no interior de cada uma das disciplinas que constituem um campo científico.

Para o pesquisador social, para o pedagogo, para o educador - que se posicionam a favor da transformação das relações sociais de exploração, dominação e subordinação - , a questão se coloca em relação à produção de um conhecimento do social e do ser humano em suas relações que seja útil a essa transformação e à construção/consolidação de outras formas de pensar, sentir e agir. Entendem-se, nessa perspectiva, as relações sociais como o conjunto das expressões das relações econômicas e simbólicas (ideologias, ciências, senso comum, representações sociais, imaginários, religiões, direitos, filosofias, literatura, políticas, estados etc) em seus diversos níveis e manifestações.

Entendemos a sistematização como uma modalidade de pesquisa social, especificamente uma pesquisa educacional, que pode contribuir para que os sujeitos dos diferentes projetos de desenvolvimento se apropriem de sua vivência e transcendam historicamente.

1.3

SISTEMATIZAÇÃO: sua filosofia, política e pedagogia

Os seres humanos, enquanto inconclusos, são animais que, criando e transformando culturas, tentam apropriar-se dessas experiências, produzindo explicações, interpretações e compreensões, atribuindo-lhes significados e sentidos, projetando-as e reorientando-as para afirmar sua dignidade, seu valor, seu poder e sua comunidade. Nessa dinâmica se tornam humanos, humanizam-se ou desumanizam-se. Diferenciam-se, assim, dos puros animais.

Nesse processo, os seres humanos organizam e buscam controlar os *poderes*, através da *força* ou *violência*, mas também inventam as *normas* na tentativa de reduzir significativamente a necessidade do uso da força ou da violência em suas relações, ao tempo em que constituem *sistemas produtivos e simbólicos*. Esses se expressam na organização da produção, no exercício do poder e na elaboração dos saberes. Esses se concretizam em *instituições* produtivas e simbólicas: a estrutura fundiária, as fábricas, empresas, serviços (o Estado, a família, as Igrejas, etc). Mas, também, nos *valores* que se manifestam nas leis, regulamentos, constituições, justiça, ética etc. Tudo isso vai se conformando de acordo com o jogo dos *interesses* pessoais, de grupo em que se diferenciam os seres humanos (classes sociais, segmentos, “status” etc).

No interior dessas diferentes e divergentes atividades humanas, surge, nas práticas denominadas na América Latina de educação popular, um fazer intelectual e axiológico que foi sendo conhecido com o nome de *sistematização de experiências*. Essa está configurando sua *especificidade* como uma modalidade de apropriação, pelos seres humanos, de sua própria experiência através da identificação e construção do sentido do seu agir. Essa experiência ou vivência vai adquirindo sentido pessoal e coletivo através dessa construção intelectual voluntariamente planejada e executada como forma de ampliar e aprofundar sua transcendência histórica. A construção de sentido se manifesta no que estamos denominando de sabedoria e/ou representações sociais.

O processo voluntário da construção de sentido implica:

- selecionar e organizar informações;
- estabelecer relações;
- construir sínteses; e, com essas sínteses,
- interpretar experiências, vivências.

O desvelamento dessas relações permite desenhar os universos de sentido, as contradições internas entre os sujeitos de uma experiência e com outros sujeitos, bem como possibilita construir ou identificar a direcionalidade que está se querendo imprimir à história humana.

Esse processo vai conformando transformações sociais que podem, pelo seu volume e densidade, bem como pela sua acumulação, começar a configurar mudanças sociais significativas. As transformações sociais que vão se dando pela ação de projetos que provocam o redirecionamento de processos sociais não têm todas os mesmos alcances nem atingem os mesmos âmbitos. Por isso, é possível identificar transformações de curta, média e longa duração, assim como de naturezas distintas (técnicas, culturais, éticas, estéticas, de mentalidades).

O sujeito só guardará o que a própria cultura lhe permitir e avaliar como positividade, por isso nenhuma ação comunitária pode ignorar a cultura própria dos diferentes segmentos sociais, mas tem que partir dela e questioná-la (Bosi,1992:10). Temos que partir dela, questionando-a de acordo com as condições do contexto, se queremos transfigurá-la e possibilitar o desenvolvimento etno-cultural. Mas qual seria essa cultura vivida capaz de resistir, escolhendo e reinterpretando apenas o material que enriquece seu campo de significações (significados e sentidos)?

Esse é um dos debates mais complexos que, no entanto, tem que ser enfrentado nas intervenções institucionais se querem transcendência para seu trabalho. A diversidade cultural e suas interrelações não podem deixar de ser estudadas. A sistematização pode ser um instrumento que contribua para essa incursão. De imediato, pode-se visualizar a questão cultural pelo menos em três grandes âmbitos ou cenários, no contexto de um país, região ou comunidade:

1. cultura das classes pobres, iletradas, que vivem abaixo do limiar da escrita;
2. cultura erudita conquistada, via de regra, pela escolaridade média e superior; e, a
3. cultura de massa, produto da indústria cultural, como atualmente denominada.

Mesmo estando as duas primeiras grandes expressões culturais rodeadas e permeadas pelos meios de comunicação de massa, guardam certa capacidade de resistência, intencional ou não. Essa resistência supõe:

- a história interna específica de um determinado grupo humano;
- seu ritmo próprio;
- e o modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo.

O critério da *temporalidade* é o indicador que ressalta as oposições entre a cultura de massa (indústria cultural), cultura popular e cultura erudita.

“Como toda cultura, a cultura de massa elabora modelos, normas; mas, para essa cultura estruturada segundo a lei de mercado, não há prescrições impostas, mas imagens ou palavras que fazem apelo à imitação, conselhos, incitações publicitárias. A eficácia dos modelos propostos vem, precisamente, do fato de eles corresponderem às aspirações e necessidades que se desenvolvem realmente” (Morin, 1969:32).

Se os modelos não coincidem em nada com as fantasias da cultura atingida, popular ou erudita, não conseguem se firmar. Assim, também, os projetos de ONGs e/ou governos, se em nada respondem aos interesses nem coincidem com as fantasias populares, não sobreviverão à primeira chuva, à seca seguinte ou a um novo vendaval de escaramuças de guerra.

Nesse contexto, os projetos econômicos podem ser interpretados como uma possibilidade de educar o camponês, a camponesa, o desempregado e a desempregada urbanos para ir entrando “numa lógica econômica mais ampla, apoiada na idéia de retornos econômicos modernos”. Mas apenas e unicamente se esses projetos se inserirem nas “reciprocidades sociais basicamente tradicionais, na idéia de formas amplas de cooperação não só econômica, mas também de solidariedade comunitária revigorada”.

Com base, enfim, na “sociabilidade gerada na partilha daquilo que não é propriamente econômico, pois é nesse âmbito que as pessoas têm mais dificuldade para aceitar propostas de cooperação” (Martins, 1997:125).

Todas as relações sociais tendem a se transformar em relações de poder. “O poder tende a aparecer em todos os lugares, em todas as relações, na relação entre marido e mulher, na relação pai-filho, na relação professor-aluno, em casa, na rua”. Mas, “nem tudo é capturável pelo poder”. Por isso, deve-se fazer uma revolução

“no modo de viver, no modo de pensar, naquilo que pode nos tornar mais humanos, nos humanizar, no sentido de ser liberto de carências e misérias. Para Henri Lebevre, a revolução está no que chama de encontro e junção de resíduos, daquelas relações e situações que não foram capturadas pelo poder (social, governamental). É no residual que está a fonte da liberdade, do socialismo, de uma outra vida, de uma vida nova. Como o imaginário é manipulável, ele também diz que é preciso opor a imaginação ao imaginário. A imaginação é residual em relação ao imaginário. A imaginação é o insubmisso de nossa cabeça, de nossa inteligência, de nossa sensibilidade para a vida, de nossa consciência, de nossa compreensão da vida e do mundo, de muitas de nossas relações sociais” (Martins, 1997:126).

Essa perspectiva de Martins se aproxima da afirmação de Queiroz ao estudar o setor informal da economia em Angola. Afirma ele que:

“No domínio da economia, a influência cultural tradicional manifesta-se no *modo imediatista* de encarar a vida econômica. Vista à luz das teorias clássicas, a economia não é encarada como um processo que, combinando diversos factores (trabalho, capital, conhecimentos), conduz ao aumento da produtividade e à diminuição dos custos, produzindo riqueza, mas como um meio de subsistência. A propriedade dominial familiar e o respeito dos laços familiares na distribuição dos bens e dos frutos apresentam-se como corolários desta forma de conceber o processo económico” (Queiroz,1997:43).

Nesse raciocínio, ele pode concluir peremptoriamente que “... a conjugação entre os dois tipos de sociedade (o sistema dominial familiar e o sistema capitalista de mercado moderno) constitui a base sobre a qual se tem de construir actualmente o desenvolvimento de Angola” (Queiroz,1997:44).

Perspectiva que coincide, de alguma forma, com a defesa que fiz acima, epistemologicamente, de que a construção da sabedoria ou das representações sociais se dá pelo confronto do conhecimento científico dos técnicos com o saber popular dos trabalhadores por conta própria, empregados ou desempregados, através do diálogo cultural ou confronto de saberes. A atividade sistematizadora é um processo privilegiado para realizar esse diálogo ou confronto, intencionalmente, de forma organizada e voluntária. É uma forma privilegiada de soltar a imaginação.

O PROBLEMA se situa no como construir processos através dos quais os sujeitos confrontem os saberes existentes, organizem sua ação e interpretem suas experiências, outorgando um novo sentido à prática social que estão vivenciando. Explicitar os sentidos que sobre a realidade social têm os sujeitos envolvidos numa determinada ação, projeto, programa ou atividades coletivas é o desafio. Ajudá-los a formular suas percepções que são produtos

de suas interações sociais situadas e condicionadas culturalmente e ainda constrangidas por determinados contextos sociais é a tarefa da sistematização.

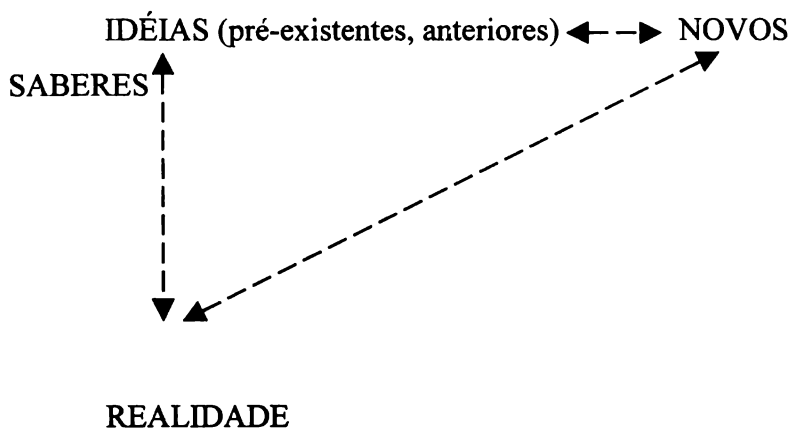
Nessa perspectiva, a sistematização emerge como uma prática específica que pode ser identificada como uma forma própria de pesquisa social, especialmente de pesquisa educacional. Com isso, adquire personalidade própria se especificando no interior da capacidade sistematizadora inerente ao ser humano que lhe permite construir conhecimentos (pesquisa), valorar suas ações (avaliação) com coerência e coesão. A Pesquisa produz significados, a sistematização, sentidos e a avaliação mensura a execução de objetivos de um determinado processo. Trata-se, portanto, da construção de um novo conhecimento, um conhecimento como vem propondo o atual debate epistemológico. Ou, para manter a coerência de linguagem, construir sabedoria ou formular representações sociais intencionalmente.

Construir novos saberes (sabedoria, conhecimentos, ciências, artes) implica:

1. identificar interesses;
2. confrontar os saberes anteriores (pré-existent) com as realidades;
3. desequilibrar certezas ou desestabilizar convicções, numa palavra, provocar rupturas epistemológicas;
4. garantir as possibilidades de diálogo. Se acontece um rompimento do diálogo não será possível nenhuma construção, tudo se perderá;
5. construir uma nova forma de

□ aproximação	{	
□ formulação	{	dos saberes produzidos
□ comunicação	{	

Esquemáticamente, pode-se afirmar que um novo saber, em quaisquer de suas manifestações, é construído a partir de saberes anteriores. Um novo saber não é formulado diretamente a partir da prática, mas da análise e/ou da interpretação da prática a partir de saberes pré-existentes. São essas idéias prévias as matérias-primas dos novos saberes. Não se formulam novos saberes apenas com o mero fazer nem do simples, muito menos do nada, mas a partir de saberes anteriores confrontados com as realidades naturais e culturais; portanto, a partir da reflexão sobre a prática. Pode-se representar essas idéias no seguinte gráfico:



A realidade não é diretamente conhecível. Seu conhecimento é sempre construído a partir do REAL, isto é, da realidade impregnada das idéias existentes sobre ela.

A perspectiva epistemológica que estamos configurando não conta com unanimidade. Há muitas posições contrárias. Por quê? Porque ela cria enormes inseguranças. E o ser humano, sobretudo no campo do conhecimento, quase sempre, está em busca de certezas, segurança, fundamentos, verdades. A pers-

pectiva aqui apontada desestabiliza, provoca rupturas epistemológicas, desequilibra convicções. Pois, sendo

“Mais um sentido a interpretar do que uma essência a desvelar ou um fato a descrever, o programa da fundação histórica da verdade, além de abolir os modelos de cientificidade das vias essencialista e fenomenista, leva o programa de fundamentação do conhecimento à ruína. Sem um ponto de apoio firme a remontar, o espírito assiste perplexo ao surgimento de uma empresa cada vez mais dependente do sujeito, sujeito que, não obstante, não se revela mais capaz de nos dar o ponto arquimediano do conhecimento, qualquer que seja ele” (Domingos, 1991:51).

Mas, se queremos produzir saberes em quaisquer de suas expressões, que possam contribuir com as transformações desejadas, temos que enfrentar esses desafios. As convicções, as certezas impedem a construção de novos saberes.

Como então proceder para realizar a sistematização? Construir um novo saber, elaborar o sentido, apropriar-se da própria experiência? Essa é a questão a ser analisada no 4º. capítulo, pois nos seguintes teremos que examinar as questões relativas aos Projetos no interior dos quais se justificam os processos sistematizadores e as questões das relações entre agentes sociais, autores sociais e atores sociais que poderão constituir novos sujeitos coletivos.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: UMA INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

Um projeto de desenvolvimento organizado por uma instituição governamental ou não-governamental significa sempre uma intervenção num determinado processo social, objetivando reorientá-lo para que se dinamizem as relações sociais predominantes e até se consiga imprimir a ele outra direção. Deseja-se, numa palavra, criar novos processos sociais pela reorientação dos anteriores. A direcionalidade é o problema central dessas intervenções.

Um intervenção - que deseje transformar os chamados “*beneficiários*” de uma determinada ação, denominada de desenvolvimento comunitário, em *autores sociais* (gestores de seus processos sociais, participantes do processo social do conjunto da sociedade, fazedores da história e de sua própria história) - deverá possibilitar os meios necessários e suficientes para garantir esta direcionalidade.

O ponto de partida do Curso foi a suposição de que à ADRA interessa uma intervenção no sentido de transformar os “seus beneficiários” em AUTORES SOCIAIS, sujeitos da construção de novas formas de vida, participantes da produção de um desenvolvimento auto-sustentável e de uma sociedade democrática. Supõe-se também que esse não seja ainda o processo social predominante em Angola. A intervenção da ADRA se faz tomando como base o processo social predominante, buscando criar as condições de reorientá-lo a partir das vítimas do sistema

prevalente. Este vem sendo construído desde a colonização e continuou com a independência, na tentativa de construir um determinado tipo de socialismo, agravando-se suas possibilidades pela guerra civil.

Hoje alguns setores da sociedade angolana desejam provocar uma mudança social, ou seja, gerar um processo social diferente que construa características alternativas predominantes. Um processo social que possibilite o desenvolvimento sustentável e a democratização da sociedade angolana. Um processo que seja a síntese de valores endógenos e valores exógenos, das tradições etno-lingüísticas locais e ocidentais. Esta é a utopia da ADRA: provocar transformações sociais que consigam consolidar uma mudança social desejada.

A consolidação dessa mudança social parece enfrentar-se com os seguintes problemas:

- transformar Angola num país moderno inserido na atual ordem econômica mundial com uma cara própria, ou seja, uma particularidade (país Angola) na totalidade internacional (economia mundializada);
- a situação atual de Angola resulta de tradições divergentes que foram constrangidas, a partir dos pactos de dominação pré-existentes à chegada do colonizador, em diferentes pactos de dominação sucedâneos (o colonial, o Estado-partido, e a perspectiva atual de democratização). Os diferentes pactos de dominação proporcionaram a combinação de diferentes tipos de economia e de relações de poder, condicionando as intersubjetividades, que foram se conformando, sobrevivendo uma ao lado da outra com suas interações peculiares (O Hotel Navegantes com o Bairro Social);
- “no pacto colonial conformou-se um sistema repressivo hostil onde qualquer reivindicação de cunho nacionalista, mesmo as

mais moderadas, não tinha vez. Partidos políticos, sindicatos e simples associações foram proibidos, enquanto as prisões se enchiam, criando um contexto propício a três grandes guerras coloniais” (Gonçalves,1992:15);

- o pacto de dominação socialista (autodeterminação?) que emerge, em 1975, permitiu a instauração de um regime de partido único e atribuiu ao Estado (ou ao Governo?) um papel dominante na economia e no sistema educativo que reforçou a sociedade hierárquica, burocrática e inclusiva perversa. E, simultaneamente, se experimentou a guerra com a UNITA em que a intervenção estrangeira se fez sentir fortemente (USA, África do Sul, Cuba, URSS etc);
- hoje se vivem processos de negociação e de uma intervenção estrangeira que em outra direção (?) possibilitam algumas esperanças de que um pacto de dominação diferente (democratização) possa se firmar, mesmo que sem uma expressiva participação da maioria dos angolanos: pluralismo partidário, papel moderado do governo ou não-intervenção na economia e, talvez, no sistema educativo, direitos humanos, sociedade civil, relações de gênero.

MAS O QUE PODERÁ VIR A SER UMA DEMOCRATIZAÇÃO EM ANGOLA?

Dentro do pacto que se desenha, quais as opções de uma instituição como a ADRA? Como vai intervir nesse processo? Qual será a sua política para baixo, para cima, para os lados? Que via propor e tentar construir para Angola juntamente com os grupos e instituições sociais? Que pode ser uma democratização angolana?

Genericamente se fala em MUDANÇA SOCIAL que deverá ser construída através de transformações sociais no esforço

de gerar um DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e garantir a DEMOCRATIZAÇÃO do país. Mas, nesse processo, qual será o papel do governo, dos partidos, do parlamento? Como se construir um Estado em Angola já que apenas existe um governo sem governar? Quais serão os sujeitos desses processos? No interior dessas indagações, outros temas emergem: DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO ETNO-CULTURAL... As massas, atualmente sobranes (ou sevalgemente incluídas), como serão incorporadas a esses processos, qual o seu papel?

A ADRA vem atuando através de PROJETOS que se consubstanciam em diferentes PROGRAMAS. Esses buscam integrar os sobranes (a quê?) ou impedir que atrapalhem a via que está a ser construída? Entende os Projetos como meios que gerem processos sustentáveis no nível comunitário... proposta alternativa de desenvolvimento, participação das comunidades (que comunidades?) como condição de democratização, reforço da sociedade civil (quem? quê?) como estratégia de democratização....etc...etc...

Afirma-se buscar um DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e DEMOCRATIZAÇÃO possíveis através da RESPONSABILIZAÇÃO das comunidades, da produção e aprofundamento de FORMAS DE PARTICIPAÇÃO {processo de aprofundamento da LIBERDADE DOS CIDADÃOS face ao ESTADO, ao processo de constituição e reafirmação das diferenças culturais, ao processo de procuras, de interesses, de opiniões, de práticas, de mobilizações e negociações com o resto da sociedade (quem são? que querem? como negociar com eles?) e do Estado ou apenas governo}. Uma democracia original, angolana, com um Projeto Nacional (Pacheco,1995).

Nas diferentes culturas originantes ou nativas existentes, hoje, em Angola, parece não haver um projeto de sociedade ou uma visão utópica que possibilite a construção de um Projeto Nacional. As diferentes culturas parecem resultar da “idéia de que o ser humano não pode jamais escapar a um jogo de forças negativas e positivas, que existem em torno dele, e que só lhe resta

ficar atento para perceber os sinais de perigo da aproximação de forças maléficas, para neutralizá-las” (Andrade, 1997:27).

O princípio básico da lógica da organização social nessas culturas “é a dispersão e a fragmentação contínua em pequenas unidades subordinadas apenas a um poder local” (Andrade, 1997:24).

O estudo dessas culturas pode revelar o eixo sobre o qual atuar. Talvez a noção de tradição possa oferecer elementos que permitam compreender e interpretar essas culturas. E que necessariamente poderá permitir seu confronto com a cultura crioula, a portuguesa e a ocidental. Isso permitirá o levantamento de hipóteses sobre as possibilidades do exercício da pluralidade cultural no país. Um país multiétnico e pluricultural com um governo parlamentar?.

Nessa perspectiva, sobressaem as questões das vias possíveis de um desenvolvimento próprio, construindo/concretizando as possibilidades de formas específicas e inéditas de civilização: técnica, industrial, agrícola, social e cultural. A criação de um padrão original de sociedade, síntese de múltiplos projetos societais. Amálgama de uma visão de mundo moderna, mas não tão moderna porque o português é ele uma mistura do árabe com o europeu, mesclado com a tradição católica e acrescida das diferentes visões mágico-religiosas dos diversos grupos originantes. O que levaria ainda a uma confrontação com a modernidade da tradição ocidental na qual se incluem os Estados Unidos da América.

Um dos elementos diferenciadores entre as tradições culturais são as noções e os usos do tempo. Diante da inexorabilidade do tempo, com as inevitáveis angústias que ocasiona ao ser humano em seu enfrentamento às adversidades do mundo, ele cria suas soluções particulares e sociais que constituem as culturas. São as respostas diferentes que o ser humano tem construído, basicamente através de três atitudes (Laplatine, 1974:15): messianismo, possessão, utopia. Quais dessas são mais úteis à idéia de desenvolvimento, democratização e projeto

nacional? Como desenvolvê-las junto aos diferentes grupos etno-lingüísticos? Com essas três atitudes, os seres humanos têm não apenas elaborado suas respostas à existência, mas revelado sua natureza mais profunda. A imaginação coletiva tem se estruturado para vencer os momentos de crise e situações históricas inéditas.

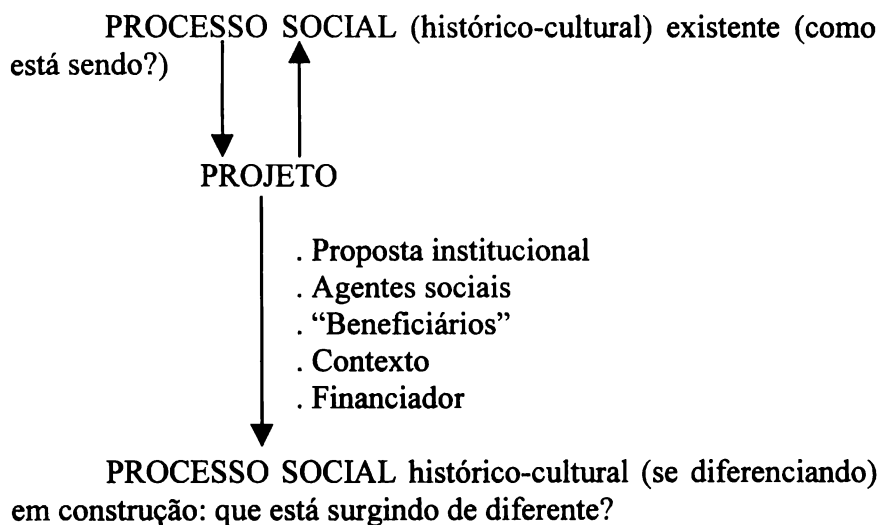
As atitudes messiânicas, utópicas e de transe podem ser vistas, como o faz Laplatine (1974), como reações de contestação social, impregnadas de um sentido religioso, porque todas formulam um “projeto sagrado sobre o futuro” (Andrade, 1997:31). Esse futuro também comporta acepções e atitudes diferentes dos diversos grupos culturais.

As transformações sociais desejadas pela ADRA deverão necessariamente se enfrentar com todas as questões acima configuradas e dar-se nos diversos âmbitos da existência dos seres humanos, nas suas expressões masculinas e femininas, e na sociedade angolana como um todo. Na economia, na política, nas cidades, nos campos, nas famílias e nas pessoas, nas instituições como o Estado, a Universidade, os partidos, as diferentes Igrejas. Para contribuir com o surgimento dessas transformações sociais, a ADRA escolhe uma estratégia de INTERVENÇÕES INTUICIONAIS através de várias táticas; entre elas, sobressai-se a organização de projetos junto às comunidades rurais e peri-urbanas, assim como de projetos junto a outras instituições, através do programa denominado batalha de idéias.

Esses programas, tanto o de desenvolvimento das comunidades como o da batalha de idéias, se destinam a gerar transformações locais através de respostas às necessidades das comunidades e das instituições, os projetos. Entre esses, destacam-se o reordenamento de terras, os micro-empresendimentos e as micro-realizações, ONJILA, educação, mulheres, saúde, “food for work”, educação para a cidadania, educação para o desenvolvimento etc. O Programa da *Batalha de Idéias* pretende gerar a discussão dos problemas do país, provocar um maior conhecimento da realidade angolana. Esse Programa consta, entre outros projetos, da Educação para o Desenvolvimento, a Educação

Cívica, a serem desenvolvidos junto a outras e com outras instituições.

Trata-se, portanto, de ações que surgem a partir do processo social predominante, tentando provocar outra direção para o processo social angolano. Construir e consolidar uma sociedade pluriétnica e multicultural, desenvolvida, democrática, unida e humana. Evidencia-se seu trabalho como uma ***ação educativa*** que se configura nas relações pedagógicas com as comunidades e as instituições governamentais e não-governamentais. Busca reforçar os embriões de sociedade civil que começa a emergir no país. Esquemáticamente, poderá ser representada essa ação da seguinte maneira:



Nesse esquema, um PROJETO EMERGE em um determinado processo social (contexto local, regional, nacional, internacional) como uma RESPOSTA a determinados aspectos deste contexto. E se CONFORMA pela interação entre uma proposta institucional, agentes institucionais, “beneficiários”, o próprio contexto e os financiadores.

Esse projeto se CONFIGURA como PRÁTICAS de intervenção organizadas institucionalmente com a finalidade de resolver determinados problemas e/ou potencializar capacidades existentes, numa dada população, para garantir a sua subsistência, sua integração social (adaptação + transformação) e seu desenvolvimento cultural e desabrochamento pleno de todas as pessoas nele envolvidas em todas as dimensões da vida. Essas práticas são educativas (*ações pedagógicas*) e, agindo a partir de uma determinada materialidade (reordenamento de terra, micro-realizações, construção de escolas, latrinas ou postos de saúde), configuram-se como:

- . intervenções no campo do simbólico atuando na
- . organização de relações interpessoais, formando grupos de ação que, dando
- . respostas a determinadas necessidades econômicas e simbólicas, interferem
- . nas representações sociais ou saberes das populações e instituições, possibilitando o surgimento de
- . outras formas de comunicação e de poder, bem como novas técnicas e valores que podem anunciar
- . uma nova síntese cultural.

Os Programas, através de seus Projetos, adquirem, portanto, um *status de prática educativa* efetivando-se através das *relações pedagógicas* entre a ADRA e seus agentes, entre esses e as Comissões de Bairros, entre essas e os “beneficiários” e esses e o restante da população de um bairro e/ou de uma determinada

instituição. Como provocar a interação desses com outras instâncias da sociedade? Os Partidos? O Parlamento? O Governo? As Igrejas? Etc...etc....

Nas ações organizadas pelos agentes institucionais ou agentes de desenvolvimento, todos esses aspectos próprios da ação pedagógica acontecem. Consciente ou inconscientemente, essa intervenção questiona as relações de poder que configuram o processo social existente e predominante nas relações sociais da sociedade angolana a partir de uma população específica ou de instituições. Tenta-se, assim, numa palavra, PROPORCIONAR OUTRA EXPERIÊNCIA SOCIAL E PESSOAL aos envolvidos nos projetos.

Por isso, os Programas com seus Projetos organizam espaços grupais de interação interpessoal e até social, nos quais são questionados ou valorizados, reproduzidos e/ou transformados os conhecimentos, os valores, as atitudes e as formas de fazer, com os quais os sujeitos interpretam ou interpretavam sua vivência ou prática social, formas de fazer e formas de sentir, numa palavra, questionam sua cultura. Assim, os PROJETOS se CARACTERIZAM como:

- . estratégias de intervenção
- . particulares (singulares) relações de comunicação, de poder entre diferentes sujeitos
- . centradas em atividades para
 - modificar uma dada situação (existente e predominante) e
 - criar uma nova situação que se quer qualitativamente diferente.

Mas, iniciado um ROJETO, ele só se sustenta pela satisfação de interesses em que todos se sintam ganhando com sua participação e possibilitando algumas condições de gerar uma vontade coletiva. Assim têm que se evidenciar:

1. interesses que se consubstanciem
2. numa Vontade Coletiva (todos ganham);
3. competência técnica de seus promotores;
4. habilidade política dos promotores e “beneficiários”;
5. meios (condições materiais) para a ação;
6. coerência de seus proponentes e coordenadores que poderá ser vivida também pelos “beneficiários”;
7. capacidade de gerar um forte sentimento de pertença entre todos.

A comunidade (os “beneficiários”) é um receptor não-passivo, tem sua história, sua cultura, suas frustrações, suas fantasias e desejos. É a partir da capacidade de considerar, incorporar e responder a essas diversas dimensões do indivíduo e da coletividade que pode afirmar-se ou dissolver-se uma proposta de intervenção institucional.

O processo de sistematização depende dessa concepção da intervenção institucional (que não sei, se interpretado corretamente) e do que deseja a ADRA para Angola. Sua filosofia, política e pedagogia dependem dos interesses institucionais. Os processos sistematizadores deverão ser um termômetro da direcionalidade da ação institucional. Por isso, ganha relevo o que estão sendo as

relações educativas vivenciadas nos programas. Como está a relação “beneficiários” e agentes sociais? Os beneficiários estão se transformando em autores sociais? Como se relacionam os agentes sociais e os autores sociais com os atores sociais? Estão conformando um sujeito coletivo pela sua afirmação social e histórica.

AUTOR SOCIAL, AGENTE SOCIAL e ATOR SOCIAL

Ao longo do texto têm aparecido as expressões “*beneficiários que se transformarão em autores sociais*”, “*agentes sociais ou de desenvolvimento*” e “*atores sociais*”, “*sujeito individual, social, coletivo e histórico*”. Distingo, portanto, os papéis que as pessoas ou grupos sociais desempenham no interior dos projetos de desenvolvimento e/ou dos movimentos sociais populares: *autores sociais, agentes sociais, atores sociais*. Esses são sujeitos individuais e/ou sociais que poderão ou não conformar sujeitos coletivos, históricos.

A interação entre esses sujeitos individuais e/ou sociais frente aos problemas a serem enfrentados, em suas relações tensas e, por vezes, conflitivas, conforma os movimentos sociais populares, enquanto sujeitos coletivos sociais, que poderão, pela sua interação, tornarem-se sujeitos coletivos, históricos. Os sujeitos sociais lutam pelas transformações do cotidiano, das inter/subjetividades. Os sujeitos coletivos, históricos, absorvendo as lutas sociais se batem pelas transformações das conjunturas e das estruturas em função de uma maior participação social e pessoal, pela afirmação da dignidade de todos, homens e mulheres das diferentes etnias, idades, condições sociais e culturais, opções sexuais, de gênero e em novas relações de poder numa institucionalidade estatal ressignificada.

Os *autores sociais* são os participantes de um projeto, e inicialmente denominados de “*beneficiários*”, mas que deverão se tornar sujeitos da ação enquanto autores, fazedores sociais. Protagonistas da ação, sujeitos do processo social. São os

dirigentes, militantes oriundos dos diversos segmentos das diferentes camadas da classe trabalhadora. Os **agentes sociais** são os funcionários de ONGs, de igrejas da linha da teologia da libertação, de alguns partidos políticos, universidades, enquanto portadores de um pensamento crítico sobre as situações vividas pelos segmentos das camadas da classe trabalhadora, além de propositores de um projeto de sociedade diferente do predominante. Atuam no processo como intelectuais.

Mas, além dos autores sociais e agentes sociais, emerge outra figura na ação social, os **atores sociais**. São representantes de governos, de igrejas e/ou partidos tradicionais, de empresas. Contribuem para a conformação de um movimento social, com a implantação de um projeto de desenvolvimento, pela interlocução que se estabelece através das negociações, que são obrigados a estabelecer, com as organizações populares ou organizações comunitárias de base, com os projetos. Essas negociações permitem aos autores e agentes sociais apreenderem elementos importantes para o desenvolvimento das organizações de base, dos projetos e programas. Mesmo quando os atores sociais pretendem desmobilizar os movimentos ou impedir projetos de desenvolvimento, prestam um serviço à afirmação dos autores e agentes sociais. Quase sempre detêm esses atores sociais uma compreensão pouco crítica das situações dos segmentos sociais populares, mas não se exclui a possibilidade de que alguns deles se tornem aliados da ação.

Esses três fazedores das ações sociais são sujeitos individuais ou sociais que, interagindo entre si no processo organizativo/educativo, vão desempenhando papéis diversos. *Os autores e agentes sociais*, no processo social, se fazem **sujeitos coletivos** da ação popular ou de desenvolvimento. Os atores continuam, como tais, representantes dos projetos políticos de suas instituições, podendo, no entanto, alguns deles integrarem o sujeito coletivo. Dessa maneira, distinguem-se e interrelacionam-se, analiticamente, autores sociais, agentes sociais, atores sociais, sujeito individual, sujeito social e sujeito coletivo. Todos são

sujeitos individuais ou coletivos, mas desempenham papéis específicos na ação ou no movimento social, valendo, portanto, batizá-los de acordo com os papéis que desempenham, interesses que defendem e querem concretizar.

As relações entre esses diferentes sujeitos da ação coletiva, social ou comunitária, quase sempre são tensas, quando não conflitivas. A convivência entre esses sujeitos, nos projetos - mesmo que sustentados por um ideal de transformação de suas sociedades, no sentido da democracia, mas com origens e histórias diferentes - , pode facilmente configurar-se como autoritária e submissa. E, por conta disso, não têm sido tranquilas as relações interpessoais. Em geral, nos projetos e nos movimentos sociais populares e/ou nos projetos de desenvolvimento, não há relações harmoniosas.

As tensões entre os diferentes sujeitos - não apenas entre agentes e autores sociais, ou entre esses e os atores sociais, mas, também, no interior dos autores sociais e agentes sociais - resultam não apenas das diferentes conformações e racionalidades de classe mas ainda de diferentes níveis de escolaridade, de perspectivas de vida, posturas ideológicas, étnicas, religiosas, de gênero etc.

Analisando, em pesquisa recente, movimentos sociais populares do Brasil e do México, pude identificar, no conjunto e com nuances diferentes, pelo menos três momentos nas relações entre autores sociais e agentes sociais (Souza, 1996). Num primeiro momento, os agentes sociais dirigem os processos e as ações, mas os autores sociais ainda se encontram na situação de beneficiários, não são de fato sujeitos da ação. Num segundo momento ocorreram conflitos entre agentes sociais e beneficiários que querem ser os protagonistas da ação, querem se fazer autores sociais. Finalmente, num terceiro momento, os beneficiários se afirmam como autores sociais e passam a ter uma relação de sujeito a sujeito com os agentes sociais.

Primeiro Momento: Direção dos Agentes Sociais

É possível configurar tanto nos movimentos sociais quanto nos projetos de desenvolvimento, um primeiro momento no qual ainda não se pode falar de organização ou de movimento. É mais uma atuação dos agentes sociais que se imiscuem no “meio do povo” pelas razões mais diversas, mas sempre dizendo que estão ali para ajudar.

Nesse momento, os protagonistas são os agentes sociais. Eles tomam as iniciativas, definem as pautas, elaboram os projetos, os objetivos, as linhas estratégicas da ação coletiva. A partir dessa atuação, vai surgindo o que se poderia denominar um embrião de organização ou um núcleo de futuro momento. Esse núcleo de pessoas (agentes sociais e beneficiários) vai-se fortalecendo. Começa a tomar forma o processo político de organização que supera as atividades do projeto. Vai adquirindo outra configuração. Até então, a participação dos populares congregados pela temática que lhes concerne é subalterna, eles não têm a direção, acompanham as reuniões, opinam, aprovam as decisões, às vezes executam.

Mas, nesse processo inicial, pouco definido, como parece que vai ser todo o processo, todos aprendem muitas coisas. Muitas idéias circulam. Vão acontecendo transformações individuais de diversas e diferentes dimensões. Às vezes, extraordinárias. Os populares se transformam, assumem responsabilidades, começam a construir uma certa compreensão comum entre eles. Vão mudando de condição, começam a deixar de ser beneficiários, tornando-se protagonistas das ações organizadas. Conseguem algumas conquistas, vitórias. Sofrem derrotas. Vão aprendendo e conformando identidades. Vão-se constituindo como autores sociais, escritores de seu próprio projeto, afirmando seus desejos e fantasias.

As relações, as ações, as discussões, os conflitos, os estudos e aprofundamentos, como chamam, conformam um processo pedagógico, muito significativo, de amadurecimento intelectual, político e humano, criando as condições dos momentos a seguir comentados.

Segundo Momento: Organização, Conflitos, Rompimentos

Um núcleo de beneficiários começa a se estruturar como grupo, esboça um certo nível de coesão entre eles, assume a coordenação da dinâmica de algumas atividades. Vai enfrentando os problemas que aparecem sem consultar o agente social. Começa a estabelecer relações com outras organizações, ONGs, com representantes de governos municipais ou provinciais, igrejas, partidos. Esboça-se uma certa autonomia. São dados passos na direção da criação de uma certa consistência organizativa, de compreensão. Alguns populares transformam-se em dirigentes, fazem-se autores de sua ação.

O início da tomada de direção das atividades por um grupo de populares que, por várias razões, destacam-se no trabalho, configura-se como um conflito com os agentes sociais. A explosão do conflito não se manifesta de imediato nem se resolve em pouco tempo. Demora muito a solução, mesmo que, em alguns casos, se dê mais rapidamente, sobretudo, quando o trabalho teve início com um agente social mais experiente ou mesmo com populares oriundos de outras atividades ou de movimentos sociais. Mas, muitas vezes, se são esses sectários, constituem-se em obstáculos e não em facilitadores do processo de crescimento ou de conformação de uma organização comunitária de base ou de um movimento social.

As atividades começam a se transformar em ações coletivas. Até então, aqueles participantes ou beneficiários não

tinham atuado como sujeitos sociais, pois não elaboravam o “script” da ação. A partir desse momento, continuando com a mesma alegoria, beneficiários congregados para uma ação comunitária começam a colocar algumas frases no “script”. E ocorre de se oporem aos agentes sociais. Se esses têm a competência de compreender e manejar bem os conflitos, as soluções vão sendo encontradas, as competições vão sendo superadas e vão-se construindo identidades plurais consistentes. Senão, a divisão e, muitas vezes, a desagregação do trabalho é inevitável. É um momento que revela os resultados positivos ou negativos da ação dos agentes sociais. Se esse momento não emerge, é sinal de que os “beneficiários” não tiveram oportunidade de crescer, de se transformarem, de se fazerem autores sociais e, portanto, não atingiram o estado de sujeitos de sua ação. Nessas condições não surgem organizações comunitárias de base e muito menos um movimento social popular.

Terceiro Momento: Cooperação

Nos casos estudados, no Brasil e no México, mesmo quando houve rompimento, estavam se restabelecendo as relações entre agentes sociais e autores sociais, no momento da pesquisa, ainda em meio a muitas desconfianças, tanto no caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) do Rio Grande do Sul, quanto na “Coordinadora Regional de Mujeres del Valle de México”. São, pois, processos de construção da autonomia, de relações de cooperação entre agentes sociais e autores sociais. Vencido o processo de autonomização e amadurecimento, a partir das aprendizagens cognitivas, políticas, organizativas, finalmente os autores sociais assumem seu papel de protagonistas da ação, começam a ser “escritores do script” de suas ações, de sua organização e de seu movimento. O conflito se atenua. Os autores sociais vão em busca dos agentes sociais. Agora, já participantes de uma mesma luta em relações um tanto quanto mais simétricas, mesmo que ainda no interior de várias divergências e diferenças.

Essas divergências e diferenças são úteis e contribuem para a consolidação dessas relações necessárias aos processos de transformação cultural de nossas sociedades. Tem início a formulação de um projeto social ou mesmo societal e até nacional.

Essas experiências fazem os autores sociais avançarem política e intelectualmente. E começam a assumir a condução da própria ação coletiva, quase sempre se opondo aos agentes sociais que os ajudaram no seu crescimento porque, muitas vezes, não querem deixar o comando. Mas, entre idas e vindas, conflitos e consensos, tensões e compreensões, através de momentos e processos reflexivos, vão-se configurando processos sociais diferenciados no seio de uma determinada população. Em alguns momentos do processo, uma atividade sistematizadora, coordenada por alguém experiente e competente que não participa das tensões, pode ser muito salutar.

Superados alguns conflitos, os autores sociais vão em busca de agentes sociais que possam ajudá-los no aprofundamento e compreensão mais ampla de seu próprio movimento, de suas organizações e ações. São processos que podem contribuir para a consolidação de relações necessárias à consolidação da transformação cultural de nossas sociedades. Conforma-se um sujeito social pela interação e pela ação de autores sociais, agentes sociais e atores sociais.

Os populares adquirem o sentimento de que se tornaram capazes de se reunir e participar em vários espaços com os agentes sociais de igual para igual. E solicitam apoio para continuarem se capacitando, inclusive para manter relações em outros níveis com as diferentes expressões dos movimentos sociais e políticos, dos organismos governamentais, ONGs, Igrejas etc... . A capacitação buscada é tanto técnica quanto política, mas as opções dos autores sociais não coincidem exatamente com as dos agentes sociais. Entretanto, é possível e fecunda a convivência dos diferentes na medida em que têm algumas perspectivas sociais semelhantes e se inserem numa ação coletiva que visa às mudanças sociais.

A assunção do controle da ação pelos populares não significa que se estabeleça, de imediato, uma perspectiva mais democrática. É possível que até se instale um processo menos democrático, ou aparentemente menos democrático do que no momento em que os agentes sociais tinham a direção. Um pequeno número de populares se tornam ilustrados e dirigem quase soberanamente, frente a uma certa passividade dos outros participantes, a ação coletiva. Parece que se reproduz o processo que fora vivido com a direção dos agentes sociais. Há um perigo efetivo de se instalarem lideranças vitalícias. A reflexão pedagógica, o debate político podem ajudar a superar esses riscos.

Mas, se os agentes sociais atuaram pedagogicamente, os dirigentes populares podem assumir postura pedagógica semelhante à dos agentes sociais críticos. E o processo pode avançar para garantir o crescimento dos participantes e a rotatividade das direções. Pode se dar uma aprendizagem profundamente significativa da participação e da direção; é possível serem criadas relações democratizadoras; uma nova visão de mundo pode ir sendo formulada. Os populares tendem a construir a sua própria experiência do jeito que estão compreendendo o processo e da forma que lhes é possível, inclusive, reduzindo o número de aliados. É possível que se dê um certo estreitamento das alianças, um classismo bastante forte. Mas é, com todos os seus riscos, um processo que se está mostrando necessário na construção de uma autonomia política e de uma identidade própria enquanto ação popular.

Revela-se fundamental o agir pedagógico dos agentes sociais, e das direções populares se deseja construir a autonomia da organização popular e garantir a sua intervenção na democratização de nossos países. E, nessa ação educativa, ganha relevo, para garantir as condições da relação pedagógica positiva, a sistematização enquanto um instrumento didático dos projetos de desenvolvimento comunitário, bem como da evolução e do amadurecimento dos movimentos sociais populares.

4

PLANEJANDO O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A questão a essa altura é, pois, como proceder para organizar um processo de sistematização enquanto um instrumento didático de projetos de intervenção institucional e dos movimentos sociais populares. Como realizá-lo, de tal maneira que concretize sua filosofia, pedagogia e política?

Esquemáticamente poderemos identificar os seguintes passos:

- . Trabalho de Planejamento
- . Trabalho de Campo
- . Trabalho de Interpretação
- . Trabalho de Comunicação.

Essas diferentes modalidades de trabalho poderão ser documentadas da forma como se passa a descrever, consubstanciando o processo da atividade sistematizadora.

Projeto da Atividade Sistematizadora

No trabalho de planejamento, há vários momentos ou passos. Parece-nos fundamentais os que são a seguir explicitados. Podem, no entanto, ser complexificados e ampliados.

1. O primeiro passo é a identificação da necessidade de sistematização. A descrição das razões que podem levar o agente social, a instituição, um programa ou apenas um dos projetos de um programa a afirmar que é preciso realizar uma atividade sistematizadora. Formular o POR QUÊ configura-se a importância ou a justificativa da realização de uma atividade sistematizadora. Ao explicitar as razões da necessidade da atividade sistematizadora, formula-se o problema da sistematização que corresponde à construção de um PROBLEMA/OBJETO de estudo desse processo de sistematização. Deve-se também explicitar os PARA QUE, ou seja, construído esse objeto de estudo, ele vai servir para quê? Explicitam-se, assim, os objetivos dessa atividade sistematizadora da experiência que vai servir de campo empírico para o processo sistematizador.
2. O segundo passo ou momento é a construção dos fundamentos teórico-metodológicos dessa atividade sistematizadora. Certamente, o grupo ou equipe que vão se ocupar dessa sistematização não são os primeiros a tratar do tema escolhido, isto é, desse objeto de estudo da sistematização. O tema escolhido ou o assunto da sistematização (OBJETO DE ESTUDO) já deve ter sido estudado por outros. Por isso, é importante fazer uma análise da literatura que trate desse assunto, consultar a bibliografia existente sobre o objeto de estudo ou objeto

similar e à qual possa ter acesso. Se já existem explicações, interpretações e compreensões plausíveis sobre o assunto, é importante estudá-las. Pode acontecer que, estudando as opiniões de outros sobre o problema, o grupo descubra o sentido da questão ou da experiência para si e já não justifique uma atividade sistematizadora sobre o mesmo assunto, ou pode chegar a uma formulação mais adequada a seus interesses.

É sempre bom lembrar: busca-se a apropriação da experiência ou da vivência por seus próprios sujeitos. E, justificando-se a atividade sistematizadora, têm os que se interessam por ela que responder à seguinte indagação:

♦ qual a concepção do objeto da qual partimos?

Essa construção deve ser feita não somente a partir de estudos anteriores, ou seja, da revisão bibliográfica, mas, também, do que propõe a intervenção institucional sobre aquele assunto diretamente ou de inferências que podem ser elaboradas a partir de seus documentos oficiais.

Em seguida, os interessados na atividade sistematizadora deverão responder à seguinte pergunta:

♦ como vamos proceder para encontrar as informações que permitirão a construção dos dados que garantirão a reconstrução do objeto, isto é, a resposta ao problema de sistematização? Trata-se aqui de planejar o trabalho de campo e de interpretação.

3. O terceiro passo do trabalho de planejamento será o detalhamento

- ◆ do trabalho de campo;
- ◆ do trabalho de interpretação;
- ◆ das sessões de argumentação, que são uma volta ao trabalho de campo; e,
- ◆ da incorporação das novas contribuições que emergirem da(s) sessão(ões) de argumentação.

Nesse processo, não esquecer:

- ◆ o grupo estratégico, ou seja, as pessoas que vão identificar, participar direta e ativamente dos processos de sistematização; e
- ◆ organizar o calendário, ou seja, a distribuição das atividades no tempo, no espaço e das diferentes responsabilidades; e
- ◆ esboçar a forma de divulgação dos resultados, isto é, a comunicação dos resultados da construção que foi possível no processo de sistematização.

Esse processo de planejamento terá que se expressar num documento. Esse é o **PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO**. Um documento que concretiza o resultado do planejamento e garante o disciplinamento necessário à realização da atividade sistematizadora. Nesse documento deve aparecer:

I - Introdução

1. A exposição da necessidade da sistematização: as razões que justificam a realização do processo de sistematização (Por que sistematizar?).
2. O problema/objeto da sistematização (o que vai ser sistematizado ou estudado?): a descrição do problema da sistematização que pode ser concluída com uma PERGUNTA a ser respondida pelo processo que será vivenciado. E o anúncio do OBJETO da sistematização que é a resposta à pergunta formulada. Trata-se da hipótese ou suposição de resposta. Supõem-se possíveis respostas à pergunta elaborada ou problema da sistematização. São as suposições dessa resposta que constituem a concepção da qual se parte para a atividade sistematizadora. Isto é, a visão do objeto de estudo que se tem antes da realização da atividade sistematizadora (O que sistematizar?). Essas suposições serão confrontadas com as descobertas feitas no trabalho de interpretação a partir das informações obtidas no trabalho de campo.
3. A explicitação dos objetivos dessa atividade sistematizadora. A construção dos objetivos pode ser obtida pela resposta às seguintes perguntas:

elaborado o objeto de estudo, ele vai servir para quê? Para que sistematizar essa experiência, além do objetivo intrínseco à atividade sistematizadora que é a apropriação da mesma por seus sujeitos?

II – Procedimentos Teórico-Metodológicos

Neste segmento são explicitadas todas as idéias sobre o **objeto de estudo** que o grupo estratégico ou a equipe de sistematização conseguiram construir a partir da revisão bibliográfica, da proposta institucional e de suas próprias idéias. A construção prévia do objeto da atividade sistematizadora. Nessa parte, além da explicitação do objeto de estudo, será necessário formular os **procedimentos do trabalho de campo e do trabalho de interpretação**. Devem ficar o mais claro possível todos os passos a serem realizados para obtenção das informações necessárias à construção dos dados que permitirão a reelaboração do objeto de estudo: o que vai ser feito e como, tanto no trabalho de campo como no interpretativo. Assim, formular-se-ão todas as suposições com as quais se inicia o trabalho de campo da atividade sistematizadora e o que se pretende fazer na interpretação das informações colhidas.

Claro que tudo isso é provisório e pode ser completamente modificado no decorrer da atividade sistematizadora. Mas é um guia indispensável, sem isso não se fará nada. Esquemáticamente, essas construções poderão aparecer na seguinte ordem:

1. - Concepção do objeto. Essa é construída a partir da literatura sobre o assunto, da proposta institucional e das idéias do grupo estratégico. Como já se escreveu, é importante saber o que já foi dito sobre esse objeto, pois, segundo a perspectiva epistemológica adotada neste artigo, um novo saber se produz a partir de um saber anteriormente existente. Mas certamente a Instituição promotora da intervenção também tem uma concepção e expectativas relacionadas a ele. É preciso organizar essa visão. Por outro lado, o grupo estratégico também tem suas idéias sobre o objeto. Toda essa revisão do que já se disse e se pensa

sobre o assunto é importante porque permitirá descobrir o novo que está sendo construído a partir da intervenção institucional e da experiência dos envolvidos na intervenção.

2. - Procedimentos no trabalho de campo. O objetivo do trabalho de campo é recolher informações a serem transformadas em dados. Esses dados permitirão a elaboração do objeto dessa atividade sistematizadora através do seu confronto com a noção do objeto que fora ponto de partida do processo sistematizador.

Essas informações poderão ser recolhidas através de variadas técnicas. Entre elas, são mais apropriadas à concepção de sistematização, que aqui se maneja, as seguintes:

- ◆ . entrevistas em profundidade;
- ◆ . histórias de vida;
- ◆ . observação participante;
- ◆ . participação observante;
- ◆ . documentos escritos (atas, boletins, informativos, relatórios, etc).

3. - Procedimentos para o trabalho interpretativo. O objetivo do trabalho interpretativo é transformar as informações em dados e reconstruir o objeto de estudo, bem como tirar conclusões a partir da atividade sistematizadora sobre o sentido da experiência. A técnica mais apropriada é a da análise de discurso (Pucinelli, 1996)

e/ou de conteúdo, pois permite (m) a construção de sentido. Essa (s) técnica (s), através da transformação dos *elementos que compõem o objeto de estudo em unidades de análise*, permite (m) a reconstrução do sentido. É a partir da análise da literatura, das expectativas institucionais e das idéias do grupo estratégico sobre o objeto da sistematização que serão elencados os elementos que compõem a noção deste objeto. As idéias centrais que compõem a noção do objeto serão as unidades de análise. Têm-se, assim, as indicações do que se buscar na caótica lista das informações obtidas no trabalho de campo. Nessas informações, buscar-se-ão os conteúdos para as unidades de análise. A elaboração dessas unidades de análise, a partir dos dados construídos com as informações adquiridas no trabalho de campo, permitirá a reconstrução do objeto. Ter-se-á uma nova visão do objeto de estudo. Na síntese do objeto, se encontrará o sentido da experiência para os seus sujeitos.

Como buscar o conteúdo das unidades de análise?

- Procede-se, primeiro, a uma *leitura impressionista das anotações* das observações, das entrevistas, dos documentos.
- Em seguida, faz-se uma *leitura tematizada* de acordo com as unidades de análise escolhidas, ou seja, buscam-se nos fragmentos dos discursos (anotações, documentos, entrevistas), os aspectos que poderão contribuir para a construção daquela unidade de análise.
- E, depois, uma *leitura comparativa*, no interior de cada uma unidade de análise, das falas do diferentes sujeitos

referentes àquela temática, sempre qualificando quem fala, sem necessariamente colocar nome. Explicitam-se suas recorrências, suas ambigüidades, contradições, incertezas, inseguranças etc.

- Finalmente, com esses dados, reelabora-se o objeto de sistematização, acrescentam-se à concepção, da qual se partiu como hipótese, dados novos adquiridos a partir da interpretação das informações obtidas no trabalho de campo. Elabora-se um texto sobre o objeto. Esses são os resultados da atividade sistematizadora.

- ♦ **Sessão de argumentação.** Com o texto final provisório, sobretudo se a interpretação foi realizada apenas pelos agentes ou pelo grupo estratégico, convocam-se todos os que estiveram envolvidos no processo sistematizador para examinar esse texto. Essa sessão de argumentação é fundamental para a apropriação da experiência e para conferir a construção dos agentes ou do grupo estratégico. Deverão participar todos os sujeitos da sistematização (agentes, grupo estratégico, beneficiários que, de uma forma ou de outra, se envolveram na atividade sistematizadora).

As novas contribuições da sessão de argumentação deverão ser incorporadas ao texto final. Deve-se, nesse momento, também decidir sobre o que se vai fazer com o produto da atividade sistematizadora, decidir sobre a sua comunicação: através de um artigo, de um livro ou de uma peça de teatro. A sistematização engloba, portanto, processos e produtos de elaboração de sentido ou saberes.

III - Resultados

Os resultados, para além do texto produzido como construção do objeto de estudo, que de fato é uma reconstrução de sentidos, podem ser condensados num artigo de divulgação, num livro, num relatório científico, num VT, numa peça de teatro. **A reconstrução resulta do confronto entre a concepção do objeto de estudo** da qual se partiu, elaborada pela revisão bibliográfica, da proposta institucional e da visão do grupo estratégico, **e as informações obtidas no trabalho de campo** que se transformam em dados no trabalho interpretativo. Esse pode ser transformado em artigos, em VT, peças de teatro, livros para serem estudados dentro do próprio projeto pelos que participaram da atividade sistematizadora e por outras pessoas que não tiveram oportunidade ou não se interessaram num primeiro momento. Destinam-se à comunicação da experiência para que outras pessoas e instituições (governamentais, não-governamentais, acadêmicas, religiosas, etc) possam se enriquecer ao conhecerem experiências de outros lugares, âmbitos e pessoas.

Pode-se, também, com os resultados da atividade sistematizadora se elaborarem conclusões, projeto e/ou recomendações que poderão ser úteis à correção de trajetórias do projeto institucional, de organizações comunitárias de base e de movimentos sociais populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela Oliveira (1997). *Cultura e tradição nordestina: ensaios de história cultural e intelectual*. João Pessoa : Idéia.

BACHELARD, Gaston (1964). *A formação do espírito científico*.

BOSI, Alfredo (1992) *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo : Editora Ática.

CAPRA, Fritjof (1990). *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo : Cultrix.

DIMENSION EDUCATIVA (1996). *Sistematización de experiencias - búsquedas recientes. Aportes 44*. Santafé de Bogotá : Dimensión Educativa.

FLORES, Angel (1976). *El método de la acción y la acción del método*. Buenos Aires : Editorial Arco.

GOROSTIAGA, Xavier (1991). *A América Latina em face dos desafios globais. Cadernos do CEAS 135*. Salvador : CEAS. Setembro/outubro.

LAPLATINE, F.. (1974) *Les trois voix de l'imaginaire: le mesianisme, la possession et l'utopie*. Paris : Ed Universitaire..

LYOTARD, Jean-François (1990). *La condición postmoderna: informe sobre el saber*. México : REI.

MARTINEC, Sergio (1985). *La reflexión metodológica en el proceso de sistematización: apuntes para una discusión*". In:

- ANC. *Suplemento del Informativo* 38. Lima : ANC, julio/agosto.
- MARTINS, José de Souza (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo : Paulus.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1957). *Fenomenología de la percepción*. México : Fondo de Cultura Económica.
- MOSCOVICI, Serge (1978). *A reprodução social da psicanálise*. Rio de Janeiro : Zahar Editores.
- ORTIZ, Renato (1980). A procura de uma sociologia da prática. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo : Ática. p. 7-37
- PACHECO, Fernando. (1995) *Democracia e sociedade civil em Angola*. Luanda : ADRA.
- PRIGOGINE, Ilya. *A nova aliança*. Brasília : Editora UnB.
- QUEIROZ, Francisco Manuel Monteiro de (1997). *O setor informal de economia em Angola*. Lisboa : Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito/Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económica.
- SANTOS, Boaventura dos (1996). *Pela mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo : Cortez.
- SCHUTZ, Alfred (1974). *El problema de la realidad social*. Buenos Aires : Ed. Amorrortu.
- SOUZA, João Francisco de (1996). *Democracia: noção e prática nos movimentos sociais populares -uma comparação entre Brasil e México*. Brasília : Unb/FLACSO.

